

CULTURA DA CONFIANÇA COMO “TÉCNICA DE SI” E A INVULNERABILIDADE FEMININA NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL DE TRABALHO¹

CONFIDENCE CULTURE AS A “TECHNIQUE OF THE SELF” AND FEMALE INVULNERABILITY IN ORGANIZATIONAL CONTEXT OF WORK

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani²

Sônia Caldas Pessoa³

Ângela Cristina Salgueiro Marques⁴

Resumo: *Este artigo parte da abordagem da “confidence culture” e de seus impactos sobre as mulheres que trabalham em organizações através da sugestão de práticas individuais que prometem a ampliação da autoconfiança e da autoestima. Em diálogo com várias autoras foucaultianas, refletimos acerca de como essas práticas operam como “técnicas de si” às avessas, instigando mulheres a agirem sobre si mesmas, a reconfigurarem suas posturas corporais e discursivas, em sintonia com forças disciplinares do capitalismo. Exploramos alguns objetos discursivos voltados para a auto-regulação das mulheres no trabalho através da construção de uma subjetividade confiante, desconsiderando interseccionalidades e forças sociais, políticas e econômicas que mantêm enraizadas opressões e injustiças. Interessa-nos mostrar como a cultura da confiança favorece a governamentalidade biopolítica negando a vulnerabilidade e a importância da constituição de interações recíprocas e comunidades políticas sensíveis dentro das organizações.*

Palavras-Chave: *Confiança. Técnicas de si. Mulheres nas organizações.*

Abstract: *This article starts from the approach of the “confidence culture” and its impacts on women working in organizations. This culture operates through the suggestion of individual practices that promise to increase self-confidence and self-esteem. In dialogue with several foucaultian feminist authors, we reflect on how these practices operate as “techniques of the self” in reverse, encouraging women to act on themselves, to reconfigure their body and discursive postures, in line with the disciplinary forces of capitalism. We explore some discursive objects aimed at women's self-regulation at work through the construction of a confident subjectivity, disregarding intersectionalities and social, political and economic forces that keep oppressions and injustices untouched. We are interested in showing how confidence culture favors biopolitical governmentality, denying vulnerability and the importance of constituting reciprocal interactions and sensitive political communities within organizations.*

Keywords: *Confidence. Techniques of the self. Women in organizations.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Comunicação Organizacional, do 31º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz - MA. 06 a 10 de junho de 2022.

² Doutora em Ciência da Informação (ECI/UFMG), Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (UFMG), camilamm@gmail.com.

³ Doutora em Estudos Linguísticos, Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (UFMG), soniacaldaspessoa@gmail.com

⁴ Doutora em Comunicação (UFMG), Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (UFMG), angelasalgueiro@gmail.com

Introdução - Táticas de combate para organizações tóxicas

Jessica Bennett, jornalista do *New York Times*, publicou em 2016 um livro destinado a mulheres que trabalham em ambientes corporativos nos quais a predominância masculina (em número, na ordem discursiva e em postos mais elevados) cria fortes obstáculos para a sua autorrealização e a autoconfiança feminina. A obra *Clube da Luta feminista: um manual de sobrevivência (para um ambiente de trabalho machista)* foi publicada pela editora Rocco em 2018, trazendo prescrições extremamente práticas acerca de como minar o machismo através de “dicas, truques, macetes, táticas de guerra”, capazes de supostamente produzir “a mudança do sistema a partir de dentro” (2018, p.29). O livro é direcionado para mulheres que reconhecem que seus ambientes de trabalho são “tóxicos”, povoados de homens que as interrompem em reuniões, que se apropriam de suas ideias, que as tratam de forma desrespeitosa e assediadora, que as acusam de histéricas, loucas, incapazes e impostoras. Bennett formula “táticas de combate” bem objetivas a partir de exemplos, documentos, estudos acadêmicos e citações de vários autores para aumentar a confiança dessas mulheres e irmaná-las na luta contra a vulnerabilidade no espaço de trabalho.

Quanto mais avançávamos na leitura da obra, mais ficava claro o percurso argumentativo adotado pela autora: a confiança em si mesma é uma habilidade a ser desenvolvida individualmente a partir de mudanças gestuais, comportamentais e ambientais que pouco afetam as institucionalidades violentas e hierárquicas, mantendo estruturas enraizadas de desigualdade a partir do controle dos corpos e das vontades. As “dicas” fornecidas por Bennett pareciam, na superfície, corroborar com a leitura que algumas pesquisadoras feministas fizeram da obra de Foucault. Mas essas táticas de combate, ricamente detalhadas no livro, se configuram mais como a colonização das técnicas de si pelas técnicas de controle. Antes de seguirmos com as reflexões teóricas sobre esta temática em diálogo com Foucault (1994a,b e c; 1983), Amy Allen (1996, 2011), Margareth McLaren (2016), Margareth Rago (2017, 2019) e Johanna Oksala (2013, 2019), entre outros, explicitamos a seguir as trilhas metodológicas que nos guiaram nesta investigação.

Trilhas metodológicas

Para além dos exemplos citados ao longo do texto, inspirados na obra de Jessica Bennett (2018) e que ancoram a reflexão teórica, faz-se importante esclarecer que nosso trabalho se inscreve em pesquisa qualitativa em ambiente digital, na qual seguimos rastros e pistas (GINZBURG, 2014), que apontam para sentidos constituídos a partir do nosso contato com um programa específico de rádio, o Mundo Corporativo, veiculado na Rádio CBN, em rede nacional, e em seus perfis e páginas em ambientes digitais. Optamos por abordar o Mundo Corporativo e as edições aqui selecionadas a partir de perspectivas que concebem o rádio não apenas em suas transmissões hertzianas, mas também com imagens ou rádio visual (LOPEZ, 2012), percebendo-o como expandido (Bernhard Siegert *apud* MAURUSCHAT, 2014). As experiências de um rádio expandido ultrapassam o *dial* e a voz, perpassam a presença e a corporificação improváveis para o rádio há algumas décadas e que foi possível graças ao rompimento de barreiras tecnológicas no ecossistema midiático. “O rádio expandido não é uma nova tecnologia, mas um conceito que se refere ao rádio, à sua história e ao seu presente, a partir de uma abordagem multi-perspectiva”. Com a convergência midiática “o rádio foi forçado a se reinventar mais uma vez e, surpreendentemente, mostrou maior capacidade de reação do que outros meios de comunicação” (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 13).

O programa Mundo Corporativo vai ao ar no *dial*, aos sábados, no Jornal da CBN - Rádio CBN, e aos domingos, às 10 da noite, em horário alternativo. Antes, porém, o programa chega às plataformas de redes sociais, tendo em vista que é gravado às quartas-feiras, às 11 horas da manhã, quando o ouvinte pode assistir pelo canal da CBN no Youtube, no Facebook ou no site da CBN⁵. O Mundo Corporativo tem apresentação do jornalista Milton Jung e colaboração de Renato Barcellos, Priscila Gubiotti e Rafael Furugen. O programa já deu origem a pelo menos dois livros, sendo um deles, Por dentro do mundo corporativo, uma seleção de personalidades entrevistadas pelo então apresentador Heródoto Barbeiro, nas quais os convidados se debruçaram sobre estratégias, técnicas de motivação, desenvolvimento de competências e quebra de paradigmas.

Pela própria natureza do rádio expandido, uma produção em áudio disponibilizada online para escuta sob demanda e com possibilidades de acesso a visualidades, o programa não pressupõe uma escuta síncrona no *dial* e sim, pelo YouTube, Facebook e site da emissora. Por isso, em parte, indica relações de temporalidades e de visualidades que não se

⁵ https://www.youtube.com/playlist?list=PLQ9Tjc2tOOR3aCOD1dYLOSF2wq6iCiHh_

coadunam com a escuta tradicional do rádio. Por isso, nossa 'escuta' dos programas foi realizada individualmente, nos horários convenientes às pesquisadoras, a partir dos canais do YouTube e dos áudios disponíveis no site da emissora, em dias e horários não coincidentes com a transmissão ao vivo do Mundo Corporativo, e a partir deste movimento de escuta, realizamos análises e reflexões em diálogo com a discussão teórica aqui apresentada.

Em 2022 o Mundo Corporativo completa 20 anos de transmissão pela Rádio CBN e se apresenta ao público como um *talk show* com "entrevistas esclarecedoras com especialistas sobre marketing, negócios, empreendedorismo e mercado de trabalho"⁶. Ainda que não tenhamos realizado uma pesquisa quantitativa para apuração do percentual de homens e mulheres entrevistados pelo programa, identificamos, pelas *playlists* disponibilizadas no Youtube e no site da Rádio CBN, que a maioria dos entrevistados é do sexo masculino. Talvez este seja um indicativo do próprio mundo corporativo, no qual a maior parte dos cargos importantes em organizações ainda é exercida por homens.

Os três episódios do Mundo Corporativo que têm, em média, 25 minutos de duração, escolhidos por nós, em função da economia deste texto, foram veiculados no período de 05 de fevereiro a 11 de março de 2022, e dois deles foram motivados pelo Dia Internacional da Mulher⁷. Nesses episódios, três gestoras são convidadas a falar sobre a presença de mulheres em organizações e suas formas de agência. Michelle Levy Terni, CEO da consultoria Filhos no Currículo, defendeu programas de parentalidade para deslocar a ideia do cuidado dos filhos centrado nas mulheres, o que acaba retirando-as do mercado de trabalho. Ela enfatizou que dessa forma “a mulher consegue equilibrar melhor o prato profissional, junto com o prato pessoal”⁸. Por sua vez, Rijarda Aristóteles, presidente do Clube das Mulheres e Negócios de Portugal, trouxe à cena a importância de entidades que estimulem mulheres a empreender e a assumir o protagonismo dos próprios negócios.⁹ Para ela, “as mulheres, quando têm condições, ativam uma capacidade de ressignificar situações adversas e conseguir criar outras alternativas”. Já Lídia Abdala, presidente do grupo Sabin, analisou a importância da presença das mulheres em cargos de liderança no mercado de trabalho, na relação com colaboradores e

⁶ <https://audioglobo.globo.com/cbn/podcast/feed/99/programa-mundo-corporativo>

⁷ <https://audioglobo.globo.com/cbn/podcast/feed/99/programa-mundo-corporativo>

⁸ Publicado em 05/02/2022, Duração: 25min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=32zDIUOfY4&t=217s>, acesso em 10/02/2022.

⁹ Publicado em 05/03/2022, Duração: 26min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=60IDb9q_6fM&t=137s, acesso em 07/03/2022.

na decisão de consumo de diversos produtos.¹⁰ Seu depoimento enfatiza que a despeito de “vivermos em uma sociedade patriarcal, as mulheres podem fazer escolhas de vida sem abrir mão de suas carreiras e que o desempenho pode ser conciliado com outras tarefas”. Todas elas mencionam a importância do autoconhecimento e da autoconfiança para ocuparem postos de gestão em organizações e deixam entrever vários aspectos da cultura da confiança.

Ao analisarem aspectos da confiança feminina no ambiente de trabalho, Gill e Orgad (2022) sinalizam o fato de que a narrativa gira sempre em torno de uma falta, como se as mulheres viessem com o que elas chamam de “defeito de fábrica” que seria a falta de confiança (*confidence gap*). Sendo assim, para superar as desigualdades de gênero no ambiente corporativo bastaria às mulheres “consertarem” esse pequeno defeito para ocuparem o lugar que lhes é devido nesses ambientes. Segundo as autoras, relatórios que se dedicam a estudar a presença de mulheres no mundo corporativo, apontam que a falta de confiança seria um dos principais desafios a serem superados pelas mulheres nos ambientes de trabalho.

De acordo com pesquisa realizada pela *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)*¹¹, a partir de um monitoramento sistemático realizado ao longo de duas décadas, é possível afirmar que, globalmente, as mulheres são cerca de 10% menos propensas do que os homens a relatar terem visto/percebido novas oportunidades de negócios (42,5% vs. 47,5%) e não se intimidam pelo medo do fracasso (49,9% vs. 54,8%). A pesquisa também aponta que as mulheres possuem uma confiança média 20% menor que os homens em suas capacidades para iniciar um negócio (54,7% vs. 66,2%). Há ainda outros dados que nos chamam a atenção. De acordo com o estudo, o empreendedorismo feminino é percebido como um fator importante para a promoção do crescimento econômico inclusivo nas economias em desenvolvimento. O relatório aponta que em países de baixa e média renda, 17% das mulheres são empreendedoras e 35% aspiram a se tornar empreendedoras.

Quando comparado com países de alta renda, esse número começa a nos revelar questões mais profundas pois, enquanto nesses países apenas 25% das mulheres veem o empreendedorismo como um caminho para um futuro melhor, nos países em

¹⁰ Publicado em 11/03/2022, Duração: 25min . Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UZtUPQ9qs44>, acesso em 12/03/2022.

¹¹ O GEM teve início em 1999 a partir de um projeto conjunto entre a Babson College (EUA) e a London Business School (Reino Unido). Atualmente, é responsável pela produção de relatórios acerca do empreendedorismo e do ambiente empresarial em escala global. Sua produção mais conhecida é o GEM Global Report, mas o instituto também elabora uma série de outros relatórios nacionais voltados para temas específicos.

desenvolvimento, esse número chega a 50%. Tal informação, ao ser comparada a outro dado fornecido pelo relatório - referente ao fato de que os negócios geridos por mulheres são menores em comparação àqueles geridos por homens -, sugere-nos que, muitas vezes, a opção pelo empreendedorismo vem de uma necessidade mais básica de sobrevivência dessas mulheres, pois nesses pequenos negócios a mulheres conseguiriam conciliar o trabalho e a maternidade.

Diante desse breve quadro, Gill e Orgad (2022) apontam para dois lugares de circulação de sentidos em que é possível perceber uma ênfase ao desenvolvimento da confiança pelo público feminino. O primeiro deles seria na literatura acerca da construção e gestão da carreira, e o outro seria em espaços midiáticos como as TED Talks, podcasts, programas de entrevistas, livros e outros que discutem carreira e trabalho. Sendo assim, propomos neste artigo uma observação dos aspectos em circulação nessa segunda ambiência, a partir da escuta dos programas específicos acima citados, buscando perceber alguns elementos apontem para as negociações e apropriações, feitas por mulheres, em torno da dinâmica da confiança.

Cuidados de si e relações de poder

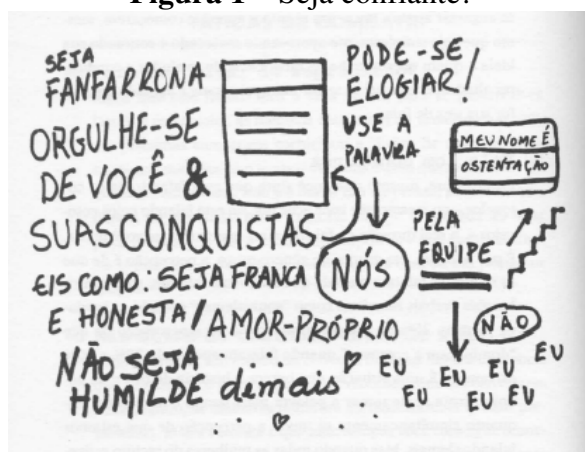
Entre os anos de 1978 e 1984, Foucault (1994a,b e c; 1983) se dedicou a refletir acerca dos cuidados de si e de sua importância para uma recusa às técnicas de controle e aos modos de ser submetido em relações de poder. Ao apostar que as técnicas de si poderiam fraturar os dispositivos de controle das vidas e dos corpos, Foucault sugere que os modos como agimos sobre nós mesmos abrem uma possibilidade reflexiva para pensarmos sobre quem somos e como queremos ser. Pesquisadoras feministas como Amy Allen (1996, 2011), Margareth McLaren (2016), Margareth Rago (2017, 2019) e Johanna Oksala (2013, 2019) elaboraram abordagens que evidenciam como a perspectiva de Foucault pode contribuir para o pensamento das formas de “transformação de si” centradas no gênero em uma perspectiva interseccional.

No plano da atuação das mulheres no mercado de trabalho, Allen (2015) e Oksala (2019) argumentam que a expansão da governabilidade neoliberal passa a produzir “um sujeito neoliberal feminino”, constrangido entre os lugares da “resistência/resiliência”, de “vítima” ou de “empreendedora”. O reconhecimento social dessa mulher trabalhadora neoliberal estaria atrelado à sua capacidade criativa de destacar-se por seus méritos, de

vencer o machismo e de atuar como empreendedora que configura seu projeto de vida, adaptando-o, não raro, mais às necessidades da governamentalidade neoliberal do que às suas próprias. As mulheres são constantemente retratadas de forma a ressaltar como podem ser oprimidas no espaço da casa, encantoadas ou posicionadas de forma a reduzir sua agência física, em uma *mise-en-scène* que revela formas violentas de controle patriarcal sobre suas existências (RAGO, 2017).

Assim, é reconhecida como moralmente valorizável, a mulher que, em um ambiente de trabalho violento e competitivo, sabe se impor, sabe se manter confiante, controlando a própria “tendência à sabotagem” e investindo em si mesma como um bem inestimável.

Figura 1 – Seja confiante!



Fonte: BENNETT, 2018, p.112

Exortações à autoconfiança como essas na imagem acima nos aproximaram das reflexões elaboradas por Rosalind Gill e Shani Orgad (2017, 2022), sobretudo quando argumentam que a “cultura da confiança” se tornou uma técnica de si capaz de impor a governamentalidade do controle que dociliza os corpos. Para as autoras, as mulheres são instadas, em seus contextos de trabalho, a operar mudanças de comportamento de maneira individual e coletiva. Frases prescritivas e imperativas como: “não se deixe intimidar”; “encontre a motivação certa”; “sorria sempre”; “diga não sem sentir culpa”; “encontre sua voz, mas não grite” etc., possuem o intuito de orientar as mulheres a obter autoconfiança e a confiarem mais em outras mulheres. Contudo, Gill e Orgad (2017, p.19) criticam fortemente esse programa pseudofeminista, uma vez que ele atua através de estratégias nas quais as mulheres agem positivamente para remodelarem suas posturas e gestos “dentro das realidades corporativas e capitalistas existentes, em vez de questionar e transformar as bases que

mantêm e naturalizam desigualdades e assimetrias”. A “cultura da confiança” alimenta afetos positivos (jamais a raiva, o ódio, o impulso de vingança) como a alegria (*happycracia*), a esperança e a superação através de representações que continuam sustentando o neoliberalismo e o controle biopolítico (que atua sobre coletividades e não apenas sobre indivíduos isolados).

O investimento nas “dicas” para aumentar a autoconfiança é oferecido como se fosse a chave para o sucesso da carreira de mulheres que desejam também ter uma maior igualdade de gênero em sua vida pública. Segundo Gill e Orgad (2017, 2022), a cultura da confiança permite que mulheres localizem, identifiquem e tematizem a suposta fonte de seus problemas cotidianos no trabalho, permitindo um tratamento “eficaz”, com soluções supostamente adequadas às suas rotinas, sem importar os contextos, as situações sócio-culturais e as interseccionalidades. Soluções universais são oferecidas para ampliar a confiança e extirpar qualquer demonstração de vulnerabilidade. Uma subjetividade feminina neoliberal blindada é construída não em prol da diferença, mas do enraizamento de uma racionalidade pasteurizada que se orienta por padrões éticos e morais valorizados por se adequarem ao *mainstream*.

Figura 2 – O comportamento padrão “adequado”



Fonte: BENNETT, 2018, p.248-249.

A autoconfiança de um “homem branco medíocre” é o parâmetro indicado para a “transformação de si” a ser promovida por todas mulheres em seus respectivos ambientes de trabalho, como se o mecanismo “OQJF” (o que o Josh faria em meu lugar?) se transformasse em uma “tecnologia disciplinar endereçada às mulheres a partir de termos altamente padronizados, em detrimento das diferenças entre elas e de suas posições sociais interseccionais” (GILL E ORGAD, 2017, p.6).

Em diálogo com o pensamento de Foucault (1980), Johanna Oksala (2019) lembra que o biopoder se divide nas práticas de regulação dos corpos individuais e nas práticas de

controle de uma população (biopolítica). Ela destaca como o discurso da governamentalidade biopolítica neoliberal atua nos ambientes corporativos, alimentando o entendimento de que a vulnerabilidade deve ser entendida como raridade ou fraqueza a ser combatida a qualquer custo - o que torna viável uma certa ordem social e política, confirmando exclusões, perpetuando desigualdades, justificando a necessidade do neoliberalismo. Faz parte desse imaginário, ou ficção de invulnerabilidade (BIROLI, 2018), o fato de que os esquemas valorativos e avaliativos aos quais as mulheres se submetem no contexto do trabalho designam categorias polarizadas entre pessoas vulneráveis e invulneráveis; pessoas de caráter firme e pessoas acomodadas à sua suposta fragilidade moral e física; pessoas independentes e confiantes, e pessoas cuja autonomia e confiabilidade é questionável, somando-se a isso uma habilidade precária para decidir e fazer escolhas (FERRARESE, 2016).

A nosso ver, o governo dos corpos (FASSIN; MEMMI, 2009), a capacidade de controlar comportamentos, modos de agência e possibilidades de ação passa pelo modo como um “feminismo neoliberal e *cool*” (GILL E ORGAD, 2017) oferece enquadramentos e possibilidades interpretativas (modos de ação ou contenção dessas ações, opções e escolhas) a mulheres que anseiam por reconhecimento no mercado de trabalho. Nos interessa neste texto refletir acerca de como essa dialética que apresenta um mecanismo biopolítico operando as técnicas de si alimenta-se da negação da vulnerabilidade e da exaltação da individualidade em detrimento da experiência coletiva da confiança enquanto produção de vínculos de apoio e partilha.

Em um primeiro momento, examinamos a abordagem feita por Gill e Orgad (2017) do fenômeno que nomeiam como “*confidence culture*” e seus impactos sobre as mulheres que trabalham em organizações. As autoras sustentam que essa cultura da confiança, pautada pelo aprimoramento de técnicas individuais de ampliação da autoconfiança, opera como uma “técnica de si”, instigando mulheres trabalhadoras a agirem sobre si mesmas, a reconfigurar suas posturas corporais e discursivas, a agir através de um tipo de feminismo alinhado com as forças disciplinares do capitalismo.

Nesse sentido, exploramos a maneira como autoras feministas vêm discutindo alguns conceitos foucaultianos ao problematizarem o oferecimento de técnicas de si generificadas e disciplinares, direcionando-as exclusivamente às mulheres cujas experiências de trabalho são marcadas pela percepção e nomeação de desigualdades. Tais técnicas disciplinares de si incitam a auto-regulação das mulheres através da construção de uma subjetividade confiante,

desconsiderando as diferenças entre elas, as interseccionalidades que marcam cada uma delas, as e forças sociais, políticas e econômicas que mantêm enraizadas as opressões e injustiças. Interessa-nos refletir acerca de como a cultura da confiança evidencia uma dimensão central da governamentalidade biopolítica e da atuação das técnicas normativas de gênero: a crença de que, apesar de sua vulnerabilidade, as mulheres “possuem controle completo de suas vidas, e que elas podem conseguir tudo aquilo que queiram com a ajuda dessa livre escolha” (OKSALA, 2019, p.135).

O mecanismo do controle biopolítico operando nas entrelinhas das técnicas de si

Nas três entrevistas veiculadas tanto no programa “Mundo Corporativo” da CBN quanto no blog e canal do Youtube do programa, foi possível perceber elementos que dialogam e tencionam as propostas no nosso texto. Ao se falar das questões relativas à presença das mulheres no mercado de trabalho, seja gerindo seu próprio negócio, seja como funcionárias de uma organização, há, por parte das entrevistadas e do entrevistador, a necessidade de pontuar os desafios dessa inserção, ainda que todos concordem que a presença feminina nos negócios já é, há um bom tempo, algo estabelecido. E isso se dá tanto a partir do reconhecimento da diversidade de gênero como um ativo importante para as organizações, seja pela percepção do valor, enquanto consumidoras, que o público feminino possui.

“Quando a gente pensa num país que quer se desenvolver, que quer crescer, que precisa crescer, não há como você excluir 52% da população. Um dado muito importante, que nós falamos sempre, é que 70% das decisões de consumo são influenciadas e determinadas pelas mulheres nas suas casas, nos seus lares. Nós somos do setor de saúde e na saúde nós sabemos que 80% da decisão determinante de se utilizar vem da mulher” (Lídia Abdala, presidente do Grupo Sabin Medicina Diagnóstica)

Rijarda Aristóteles, presidente do Clube Mulheres de Negócios de Portugal, falou em sua entrevista à CBN sobre como a pandemia impactou as mulheres que eram donas de negócios ou trabalhadoras de organizações, ela enfatiza os tensionamentos advindos da ida “forçada” das mulheres para o lar, numa relação que, em certa medida, valora positivamente a ida das mulheres para o mercado de trabalho, sinalizando a conquista que foi esse movimento.

“A mulher saiu dos afazeres da casa para o mundo corporativo. Esse foi um percurso que aconteceu. O que houve com a pandemia? A pandemia a fez retornar para a casa não por escolha, mas por uma absoluta necessidade e por algo que foi tirado dela, [...] algo que ela tinha deixado por escolha ou por mérito. [...] passado

aquele tempo inicial, de ficamos um pouco sem chão, nós começamos a ressignificar.[...] Nem todas as mulheres têm essa possibilidade e condições de fazer ressignificação e evoluir nesse momento porque depende de uma série de fatores.” (Rijarda Aristóteles, presidente do Clube Mulheres de Negócios de Portugal)

A possibilidade repensar a carreira, o que em certa medida diz respeito à frágil conquista do mercado de trabalho pelas mulheres, também foi tema da entrevista com Michelle Trevi, fundadora da “Filhos no Currículo”. Para a consultora, as mulheres estariam em busca de rotinas que lhes permitissem negociar e equilibrar as demandas do trabalho com as demandas de casa e, no caso específico trazido pela entrevistada, as demandas relativas aos cuidados com os filhos.

“A gente fez uma pesquisa recente junto com o Grupo Talenses e um grupo de parceiros para mapear como é que fica esse futuro do trabalho na visão de profissionais com filhos. Daí o que a gente percebeu aqui é que 95% das mães acredita que o Home Office veio para ficar e 75% se identifica o modelo de trabalho híbrido. Por que isso? Porque eu quero estar perto, porque eu quero aproveitar esses momentos tão únicos e importantes que vão, inclusive, impactar no futuro dessa criança.” (Michelle Trevi, co-fundadora da Consultoria Filhos no Currículo)

O que nos chamou a atenção nessas entrevista foi a maneira como as gestoras oscilavam entre a valorização da agência feminina na criação de práticas de liberdade e autonomia a partir de seus contextos específicos, e a reiteração da individualização de uma carreira bem sucedida através de “técnicas de si” que reproduzem os imperativos da cultura da confiança. Essa tensão nos conduziu à revisitação de ideias que Foucault delineou entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980.

Nos *Ditos e Escritos*, Foucault afirma que, apesar de ter concentrado grande parte de seus estudos nos dispositivos de vigilância e nas técnicas de controle dos corpos e das vidas, seu interesse estava concentrado naquele momento sobre “a interação existente entre o ‘eu’ e os outros, e sobre as técnicas de dominação individual, sobre o modo de ação que um indivíduo exerce sobre ele mesmo através das técnicas de si” (1994a, p.785). As técnicas de si são definidas por Foucault como práticas sociais, culturais e históricas que interagem com técnicas de produção de objetos, técnicas dos sistemas de signos (que permitem a produção de sentido e de significação) e tecnologias de poder (que determinam condutas e objetivam o sujeito). Tais técnicas operam de maneira entrelaçada, mas cada uma delas se associa a um tipo de dominação que implica “certos modos de educação e de transformação dos indivíduos, na medida em que não se trata apenas de adquirir determinadas aptidões, mas também de adquirir determinadas atitudes” (FOUCAULT, 1994a, p.785). Na interseção entre essas técnicas, os indivíduos vão moldar-se de forma ética e estética, efetuando “sozinhos ou

com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seu modo de ser, de se transformar afim de alcançar um estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade” (idem).

Segundo Rago (2019) e McLaren (2016) afirmam que os conceitos de “técnicas/cuidado de si, subjetividade, transformação social e individual e autonomia relacional são ótimas lentes para abordar os feminismos contemporâneos. Segundo a leitura que fazem dos textos tardios de Foucault, as técnicas de si não buscam a verdade de si na interioridade, mas condizem os indivíduos a examinarem os próprios passos para adquirirem uma firmeza de orientação. Trata-se, assim, de assumir o controle da própria vida, de tornar-se sujeito de si mesmo pelo trabalho de reinvenção da própria subjetividade possibilitada pela autoria do próprio *script*, a partir de uma relação específica do indivíduo consigo mesmo, o que supõe ainda a prática política da coragem da verdade e da liberdade.

A liberdade e a emancipação em Foucault consistiriam em uma operação do sujeito sobre si mesmo, que governaria sua própria conduta (FERRARESE, 2006). Segundo Allen (2011, p.44), Foucault define a capacidade de autotransformação como capacidade para a autonomia, sendo que a autonomia é entendida como a dupla capacidade de refletir criticamente sobre as relações de poder-conhecimento que constituíram a subjetividade de alguém e engajar em práticas de auto-transformação. A autonomia seria, assim, a dupla capacidade para a reflexividade crítica e a autotransformação deliberada.

É preciso deixar claro aqui que um sujeito, para Foucault, não inventa as artes de modelar a si mesmo que emprega, uma vez que elas são sugeridas e impostas sobre ele por sua cultura, sociedade e grupos de pertencimento. A relação reflexiva consigo é marcada pela experiência e pela experimentação trazidas pelo conhecimento, pelas práticas cotidianas e pelas relações de poder. A noção de experiência em Foucault é muito importante para entendermos sua noção de “técnicas de si”. Tais técnicas dizem da recusa a um determinado “modo de ser” e de viver imposto hierarquicamente: elas produzem uma experiência que requer o questionamento “do estatuto de sujeito no qual nos encontramos” (FOUCAULT, 2019, p.35). Não há criação de si fora das normas e enquadramentos que orquestram e definem as formas possíveis que um sujeito pode assumir. Contudo, a normatividade não permanece invulnerável frente ao que Foucault define como “criação de si”, ou técnicas de si, ou seja, uma trabalho constante e crítico de redefinição de quem somos diante da recusa das identidades que nos são socialmente impostas.

É importante destacar que o argumento de Foucault acerca da potencialidade autônoma da transformação de si não se refere a um sujeito independente, fora da sociedade ou de relações e de poder. Em primeiro lugar, as práticas e técnicas de si não são inventadas pelos sujeitos, mas “são esquemas que eles encontram em sua cultura e que lhes são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 1994b, p.719). Em segundo lugar, o cuidado de si aparece como uma intensificação das relações sociais: não se trata de renunciar ao mundo e aos outros, mas de modular diferentemente a relação com os outros pelo cuidado de si. A obra tardia de Foucault nos convida a refletir sobre a plasticidade dos modos de vida como matéria prima para a produção de transformações éticas. Ao definir a noção de “cuidado de si”, ele afirma que “o problema das relações com os outros está presente ao longo desse desenvolvimento do cuidado de si” (FOUCAULT, 2014, p.271).

Além disso, o outro às vezes aparece em uma posição mais rígida, limitada, como se as transformações fossem permitidas apenas ao “eu” agente de mudanças. Um “eu” capaz de realizar uma modificação profunda de sua conduta individual e que desenvolve aptidões que o amparam na elaboração de atitudes que poderiam interferir em situações pontuais, mas também em mecanismos institucionalizados. O governo biopolítico dos corpos coletivos atua justamente na produção de aptidões e de atitudes que valorizam a emancipação preservando, ao mesmo tempo, o controle sobre as possibilidades de ser e existir em sociedade (preservando a passividade). Podemos nos perguntar, então, que tipo de confiança de autonomia pode ser construída por uma mulher em seu ambiente de trabalho? É uma autonomia que enfrenta de fato a violência, ou resulta da adoção de “técnicas comportamentais de combate ao machismo” associadas a um falso reconhecimento das possibilidades de sua emancipação? As técnicas disciplinares de si emancipam as mulheres que trabalham em organizações, ou acentuam formas de controle e desigualdade através de discursos e comportamentos que dão a ideia de valorização e protagonismo, mas que não reduzem os empecilhos à auto-realização?

Essas questões estão no centro da crítica que Rosalind Gill e Shani Orgad (2017) elaboram acerca da cultura da confiança: a produção de dicas e prescrições para que mulheres possam enfrentar as desigualdades no trabalho operam como a oferta de implementação de uma versão das técnicas de si que preservam uma forma de governo dos corpos coletivos femininos quanto à autodefinição de sua confiança e quanto à conquista ou não de

reconhecimento social e estima no âmbito do trabalho. Elas argumentam que a cultura da confiança oferta técnicas de si pasteurizadas e universais, que oscilam entre a elaboração de arranjos estratégicos para impor o poder (sobretudo no contexto de formas biopolíticas de governo) e a produção de arranjos relacionais e provisórios para a criação de formas experimentais de resposta a demandas urgentes de transformação. Assim, a “experimentação” via montagem de técnicas de si como dispositivos generificados precisa de novos arranjos aparentemente não hierárquicos entre corpos, ações, palavras e gestos responsáveis por alterar quadros valorativos e avaliativos das vidas e modos de torná-las habitáveis.

O que Gill e Orgad (2017, 2022) mostram é uma dialética que se instala no centro das práticas e técnicas de si: tais técnicas deveriam oferecer caminhos de emancipação aos sujeitos alterando suas condutas e as condutas institucionalizadas, mas são apropriadas pelo capitalismo neoliberal para instigar o consumo de manuais e roteiros meritocráticos e focados em mudanças pontuais, nunca transformações radicais.

Para Rago (2019), McLaren (2016) e Allen (2011), as técnicas de si ensinam o indivíduo a estabelecer seu padrão de valores para que ele possa começar o trabalho paciente de mover-se entre esse padrão e o mundo em que vive. Não seria a criação e proposição de um código ético universal a ser internalizado como consciência, mas a criação de relações consigo e com os outros que possam fornecer um contexto imediato de reconhecimento desses valores em uma comunidade. Dito de outro modo, uma técnica de si “convoca um trabalho sobre si, entendido esse ‘si’ não propriamente como uma instância substantiva, personológica ou universal, situada por trás do sujeito, ou um núcleo imutável, mas como uma potencialidade relacional, uma zona de constituição da subjetividade” (PELBART, 2013, p.232). Sob esse aspecto, as técnicas de si parecem ter sido concebidas para ampliar as possibilidades de invenção de condutas capazes de transformar e redefinir o campo de ação possível, tanto para si como para os outros, em uma dinâmica de auto-constituição existencial e política.

Preparação para o “combate”: o conhecimento de si como fonte de confiança

Nas entrevistas que recolhemos a partir do Programa “Mundo Corporativo”, a questão da confiança apresentou-se de duas formas. Na fala de Lídia Abdala, a questão da formação e da necessidade de as mulheres se qualificarem para assumirem cargos de gestão ou mesmo

disputarem postos de trabalho com os homens, aparece como um requisito para aumentar a confiança.

“Eu me especializei, fiz meu mestrado na área de saúde e sempre gostei muito de gestão, de liderança, de trabalhar com pessoas, de desenvolver pessoas e eu digo que as oportunidades foram surgindo. Fui tendo também um investimento na minha carreira, buscando outros conhecimentos e fui acompanhando o crescimento do grupo. [...] a gestão de áreas diversas me fez buscar outros conhecimentos que eu não tinha na minha base, no meu curso de formação.” (Lídia Abdala, presidente do Grupo Sabin Medicina Diagnóstica)

Já para Rijarda Aristóteles, guardadas as diferenças entre países, o tema da confiança aparece sob a forma de uma certa postura, que na perspectiva da entrevistada, precisa ser assumida pelas mulheres, diante de um cenário já favorável em termos de conquista de direitos

“As mulheres têm agora uma oportunidade, um movimento e um momento de fazer valer muito mais assertivamente as coisas que lhes são interessantes do ponto de vista do mundo corporativo, do ponto de vista das empresas. E, isso não acontece por acaso. Isso vem no esteio também de uma alteração e de uma mudança interna da própria mulher. De começar a perceber que ela tem uma um papel e uma responsabilidade. Atenção, nós não estamos falando somente de direito, quando o direito ele absolutamente conivente e proporcional às nossas responsabilidades. Então, ao mesmo tempo em que nós queremos o direito, nós também temos que prestar atenção que nós devemos assumir as responsabilidades que nós temos.” (Rijarda Aristóteles, presidente do Clube Mulheres de Negócios de Portugal)

As falas de Lídia e Rijarda reconhecem os direitos conquistados pelas mulheres em seus espaços de trabalho, mas ainda assim, acentuam que é preciso “uma mudança interna da própria mulher” e que a confiança deriva também da possibilidade e de uma disciplina para buscar o aperfeiçoamento através de estudos. Essa atribuição do sucesso das mulheres ao seu desempenho e mérito é também uma das chaves do argumento de livros que prometem resolver o “problema” da falta de confiança.

O livro de Jessica Bennet (2018), por exemplo, está recheado de exercícios a serem praticados por mulheres que precisam se colocar hipoteticamente em situações ameaçadoras e constrangedoras no ambiente de trabalho. Um desses exercícios é inspirado no TED Talk da psicóloga social Amy Cuddy¹², que ensina às mulheres algumas “*power poses*” a serem implementadas em reuniões de negócios. Cuddy ensina sobre preconceito, poder e dominação na *Harvard Business School* e, em sua palestra ela dá dicas como essa citada por Bennett (2018, p.106): antes de uma entrevista de emprego ou de uma reunião importante, “erga o

¹² Disponível em: https://www.ted.com/talks/amy_cuddy_your_body_language_may_shape_who_you_are, acesso em 05/02/2022.

queixo, respire bem fundo, e mantenha essa posição por cerca de dois minutos – depois disso, seu nível de testosterona aumentará e sua cortisona cairá, tornando-a imediatamente mais confiante e menos ansiosa. Então alise sua blusa, ajeite o cabelo e entre em cena”.

Figura 3 – Treinando reflexivamente posturas “empoderadoras” de confiança



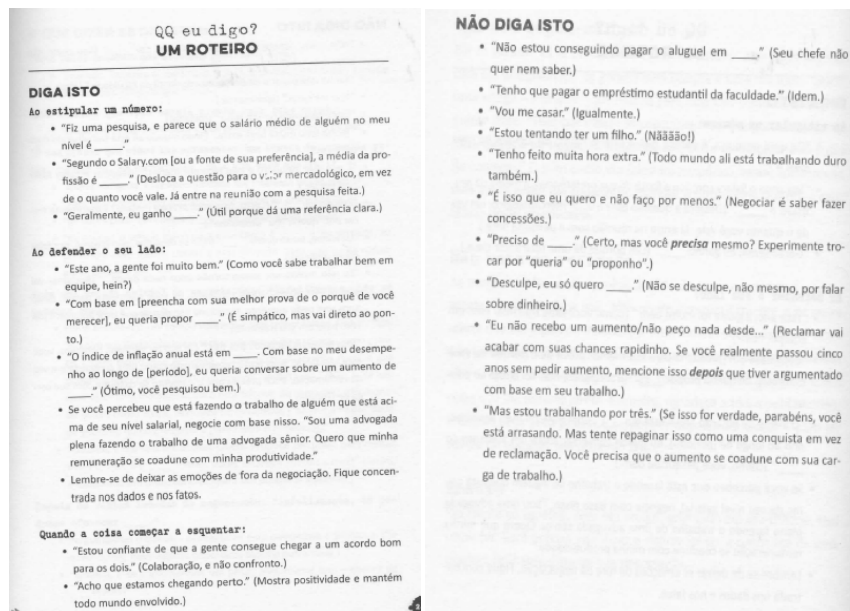
Fonte: BENNETT, 2018, p.104-105

As prescrições de Cuddy e de Bennett relacionadas ao aumento ou diminuição da confiança derivadas poderiam ser tomadas como uma aplicação prática daquilo que Foucault (1985, 1994a, 1994b) denomina de ascese, ou seja, não a renúncia de si, mas o conhecimento que busca a prática perfeita em alguma coisa (trabalho, arte, profissão, etc.) através do exame e da decifração de si mesmo, buscando operar transformações éticas e morais. A ascese pode se dar pela imaginação, pelo exercício do pensamento ou pelo “treinamento derivado de uma situação real ainda que essa situação tenha sido induzida artificialmente” (1994a,p.801). Foucault nos explica que o “cuidado de si” implica a consideração progressiva de si, o controle por meio do qual não se renuncia à realidade, mas “prepara o indivíduo para enfrentar a realidade desse mundo de agora, servindo-se de um conjunto de práticas por meio das quais ele pode construir um princípio de ação permanente” (FOUCAULT, 1994a, p.800).

Essa preparação para o combate é justamente o que ganha relevo nas recomendações feitas por Cuddy e por Bennett. Ambas estimulam uma memorização de gestos, de respostas e de comportamentos possíveis através de exercícios hipotéticos (“e se meu chefe ou meu colega fizer ou disser isso?”) ou através da rememoração de situações nas quais era necessário ter autoconfiança para encontrar uma saída não vexatória. Assim, essas autoras recomendam fazer uma lista de eventuais situações e as possibilidades de enfrentamento que elas engendram. É como se o controle de si mesmo dependesse da memorização e também de

um exame constante dos princípios que orientam as ações de um sujeito que se coloca como censor de si mesmo.

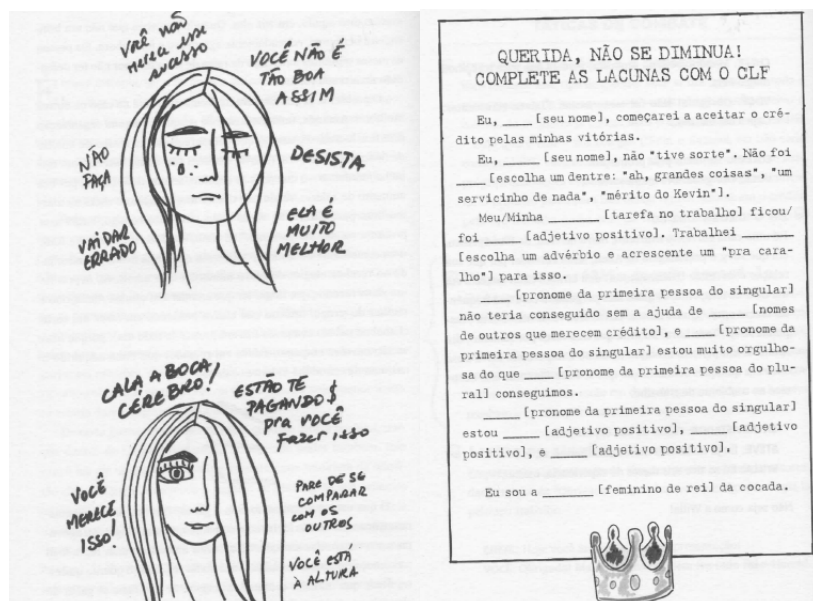
Figura 4 – Exercícios hipotéticos para o controle de si



Fonte: BENNETT, 2018, p.243-244

A abordagem construída por Gill e Orgad (2022) critica fortemente o “imperativo da confiança”, como uma das formas atualizadas da meritocracia neoliberal que retira toda a culpa das instituições e culpabiliza a vulnerabilidade das mulheres e sua incapacidade de lutar contra sua própria tendência a colocar-se no lugar de uma “impostora”, de alguém que não consegue assumir uma “postura empoderada” e que tem dificuldades de aumentar a quantidade de testosterona que circula em seu corpo (!). Quando da causa das injustiças no ambiente de trabalho passa a ser um déficit de confiança “as mulheres precisam retrabalhar profundamente sua aparência, sua maneira de se comunicar, de ocupar espaço em salas de reunião, de modo a construir psicologicamente um ‘eu’ mais confiante e capaz de gratidão, autoafirmação, empatia e elegância” (2022, p.6).

Figura 5 – A culpa do fracasso é individual



Fonte: BENNETT, 2018, p.86 e 96

Obras como a de Jessica Bennett fornecem esquemas para mulheres que desejam tornar-se mais estimadas e reconhecidas no trabalho, mas desconsideram os contextos e as dimensões interseccionais das dificuldades que elas vivenciam. Tais diferenças configuram condições de reconhecibilidade (BUTLER, 2004) desiguais e também evidenciam as discrepâncias entre padrões morais que avaliam as condutas como dignas ou indignas de estima. O que o imperativo da confiança oferece a todas as mulheres parece ser um roteiro de sobrevivência, resiliência e transformações superficiais em sua forma de aparecer, circular e negociar seus pontos de vista no trabalho. A cultura da confiança interpela mulheres com deficiência e mulheres LGBTQIA+ “como potenciais sujeitos com problemas de confiança, e em vez de explorar como isso pode estar ligado à uma sociedade preconceituosa (e ao modo como transformá-la), a ênfase recai sobre os recursos psicológicos necessários para sobreviver” (GILL, ORGAD, 2022, p.8). A invulnerabilidade é a solução para a falta de autoconfiança e autoestima, consideradas como “estados tóxicos” que precisam ser aterados. Isso em nada altera o funcionamento da máquina neoliberal, e das economias morais de controle biopolítico pois é justamente a imagem de “mulheres empreendedoras de si” que tem se tornado objetivo maior das representações e enquadramentos sociais e midiáticos a serviço do capital e de um equilíbrio na correlação de forças que favoreça determinados sujeitos, grupos e instituições, enquanto relega outros ao ostracismo, à humilhação e à morte (COLE, 2016, FERRARESE, 2016).

Através desse apelo pautado pelo discurso psicológico e corporificado do empoderamento, do empreendedorismo de si, da ampliação do leque de escolhas e da auto-responsabilização pelo sucesso e pelo fracasso, a cultura da confiança se transforma em uma tecnologia de gênero que opera para produzir um sujeito feminino neoliberal (OKSALA, 2019) que performa um feminismo brando, produtivo, terapêutico e eficaz em encontrar soluções rápidas para dilemas cotidianos. Essa forma de despolitização do feminismo e atualização de uma subjetividade confiante faz parte de uma trajetória sempre linear, não disruptiva com as hierarquias e condizente com a inculcação da ideologia meritocrática: partindo de níveis baixos de confiança, mulheres alcançam autoestima e estima social através da manutenção de estruturas patriarcais e da adequação de suas vidas a modelos instrumentais e comandos como: “mantenha a pose”; “finja ser boa em algo até conseguir de fato ser”; “não seja doce demais”; “mantenha a calma e continue trabalhando”.

De fato, esse não é o “trabalho sobre si mesmo” do qual nos fala Foucault. Apesar de as técnicas de si estarem sempre ligadas às técnicas de poder, as autoras que percebem na teoria foucaultiana uma dimensão transformadora (e não apenas de resistência) argumentam que não existe uma natureza humana inerentemente livre, que foi aprisionada por mecanismos históricos, sociais e econômicos de repressão e que espera que as técnicas de si venham trazer a reconciliação consigo mesmo, restaurando sua autoconfiança e autoestima. “Sabemos que as práticas de liberação não são suficientes para definir as práticas de liberdade que serão necessárias em seguida para que os indivíduos possam definir as formas aceitáveis de suas existências e de sua sociedade política” (FOUCAULT, 1994b, p.110). As práticas de liberdade estão relacionadas às técnicas de si e à sua capacidade de criar formas de vida transformadoras.

De acordo com Rago (2013, p.42), por exemplo, o interesse de Foucault seria pelas possibilidades de “invenção de novos modos de existência, construídos a partir de outras relações de si para consigo e para com o outro, capazes de escapar às tecnologias do dispositivo biopolítico de controle individual e coletivo”. São as técnicas de si, ou tecnologias de autoformação que garantem o cuidado ao indivíduo e aos outros, tecendo entre eles formas de comunicação e troca recíproca de responsabilidade. Assim, a busca da liberdade na ética de Foucault é uma questão do desenvolvimento de formas de subjetividade capazes de funcionar como resistência autônoma aos poderes normalizadores, sobretudo aqueles que sustentam as economias neoliberais. Para Oksala (2013, p.50), “a resposta feminista ao

neoliberalismo não pode se limitar a uma questão de redistribuição econômica. Seria preciso apresentar questões mais fundamentais sobre os limites dos mercados e da racionalidade econômica em um amplo debate político e moral”.

Como destaca Allen (2011), em Foucault encontramos a perspectiva da autonomia como a capacidade de construir uma atividade autocrítica e de distinção entre exercícios de poder que inibem a autotransformação e aqueles que a permitem. Para ele, a autonomia “não consiste em atrelar-se livremente ao que nos é indicado como uma necessidade sob a forma de uma norma moral, mas de questionar livremente o que nos é apresentado como necessário.” (ALLEN, 2011, p.50). Segundo essa autora, Foucault nos oferece uma perspectiva peculiar acerca da condição do sujeito: ele é, ao mesmo tempo, constituído por relações de poder e capaz de desafiá-las em uma constante autotransformação autônoma em contextos de interação mútua.

Allen (2011) e McLaren (2017) assinalam que as técnicas de si agem em prol da fabulação que contraria a ordem consensual, atestando a impossibilidade de fixar destinos e sua significação. Elas resultam das formas de questionamento aos modelos majoritários de tradução e acomodação da experiência, de alteração da função dos enunciados existentes, oferecendo condições afetivas, políticas e sociais para a transformação das vulnerabilidades e para outra experimentação das relações intersubjetivas e outra imaginação política. Foucault (1994a, p.778) afirma que todas as suas análises tentam mostrar que não podem haver universalidade na construção de técnicas de si, pois as práticas de liberdade e o espaço de realização de escolhas dependem de negociações constantes, situadas e contingentes com as instituições. Contudo, devemos nos lembrar que:

A ideia de escolha pessoal efetivamente mascara os aspectos sistêmicos do poder – dominação, hierarquia sociais, exploração econômica – ao relegar aos sujeitos a liberdade de escolher entre opções diferentes, ao mesmo tempo em que nega qualquer possibilidade real de definir ou moldar essas opções.[...] (OKSALA, 2019, p.134).

Como argumentam Flávia Biroli (2008) e Marlise Matos (2015), as mulheres têm que fazer suas escolhas dentro de relações desiguais de poder e vulnerabilidade, nas quais imperam o patriarcado, o sexismo e as institucionalidades ligadas à valorização da família conjugal heteronormativa. Butler (2016) e Cole (2016), ao comentarem acerca da distribuição desigual da vulnerabilidade entre indivíduos e grupos, destacam a importância de pensarmos acerca da regulação disciplinar que deriva de uma classificação dos corpos e das formas de

vida como “produtivas” ou “improdutivas”. Contudo, assim como essas autoras, acreditamos que a vulnerabilidade que atravessa a trajetória de vida de mulheres não pode ser entendida como condição inata ou essencial, mas sim como resultado contingencial de experiências que mudam e se transformam dependendo das relações, das interações e das redes de contato e solidariedade que essas mulheres tecem em seu cotidiano (FERRARESE, 2016). As vulnerabilidades são alteradas (aumentam, diminuem ou mesmo desaparecem) dependendo de como certas redes de apoio e amparo se articulam em torno delas – e de como elas também articulam redes e nelas se posicionam – de modo a permitir sua agência, e a definição de alternativas de escolha.

As práticas de liberdade das mulheres não se referem somente às possibilidades objetivas de resistirem a uma dinâmica de poder, mas referem-se a como uma mulher específica consegue construir relações de confiança a partir de suas experiências, agindo para entender como atuam as relações intersubjetivas de poder e como ela, enquanto sujeito político, podem agir moralmente e eticamente para além dos elementos prescritivos que configuram o código do imperativo da confiança.

Referências

- ALLEN, Amy. Emancipação sem utopia. **Novos Estudos Cebrap**, n.103, 2015, p.115-132.
- ALLEN, A.. Foucault on power: a theory for feminists. In: HEKMAN, Susan. (Ed.). **Feminist interpretations of Michel Foucault**. State College: Pennsylvania State University, 1996. p.265-282.
- ALLEN, A. Foucault and the politics of our selves. **History of the Human Sciences**, Thousand Oaks, v. 24, n. 4, p. 43-59, 2011.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BUTLER, Judith. .Vida precária. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v.3 n.1, 2011, p. 13-33.
- BUTLER, J. **Precarious Life**, London: Verso, 2004.
- BUTLER, J. “Rethinking Vulnerability and Resistance”, in BUTLER, J.; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. (orgs.) **Vulnerability in resistance**. London: Duke University Press, 2016.
- COLE, Allison. All of us are vulnerable, but some are more vulnerable than others, **Critical Horizons**, v.17, n.2, 2016, p. 260-277.
- FASSIN, D. and MEMMI, D. (eds.). **Le gouvernement des corps**. Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2004.
- FASSIN, D. Another politics of life is possible, **Theory, culture & society**, v.26, n.5, 2009, p. 44-60.

- FASSIN, D. Évaluer les vies : essai d'anthropologie biopolitique, **Cahiers internationaux de Sociologie**, v.128, n.1, 2010, p.105-115.
- FASSIN, D. **At the Heart of the State**: the moral world of institutions, London: Pluto Press, 2015.
- FERRARESE, Estelle. The vulnerable and the political: on the seeming impossibility of thinking vulnerability and the political together and its consequences, **Critical Horizons**, v.17, n.2, 2016, p. 224-239.
- FOUCAULT, M. Poder de morte e direito sobre a vida. In: _____. **História da Sexualidade, v.1, A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p.127-152.
- FOUCAULT, M. Usage des plaisirs et techniques de soi. **Le Débat**, n.27, 1985, p. 46-72.
- FOUCAULT, M. "Les techniques de soi", in: _____. **Dits et Écrits IV, 1980-1988**, org. por Daniel Defert e François Ewald. Paris: Gallimard, 1994a, pp. 783-813.
- FOUCAULT, M. L'éthique du soin de soi comme pratique de la liberté, in: _____. **Dits et Écrits IV, 1980-1988**, org. por Daniel Defert e François Ewald. Paris: Gallimard, 1994b, pp. 708-730.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: MOTA, M. B. da. (org.). **Ditos e escritos**, v.9: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p.118-140.
- FOUCAULT, M. **O enigma da revolta**. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- GILL, Rosalind; ORGAD, Shani. Confidence culture and the remaking of feminism. **New Formations**, v.91, 2017, pp. 16-34.
- GILL, R.; ORGAD, S. **Confidence culture**. London: Duke University Press, 2022.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e Mídias Sociais**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- LAUGIER, Sandra. L'autonomie et le souci du particulier. In: JOUAN, Marlène; LAUGIER, Sandra (dir.). **Comment penser l'autonomie? Entre compétences et dépendances**. Paris : PUF, 2009, p.407-432.
- LOPEZ, Débora Cristina. Rádio com imagens: uma proposta de sistematização do uso de vídeos em páginas de emissoras de rádio. **Brazilian Journalism Research** - Volume 8, Número 2, 2012.
- MATOS, Marlise. Democracia, sistema político brasileiro e a exclusão das mulheres. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, v.7, 2015, p. 24-35.
- MAURUSCHAT, Ania. Ruído, peça sonora, rádio estendido: um estudo de caso de *bugs & beats & beasts*. **Polêmica Revista Eletrônica**, V. 13, nº 2, 2014.
- McLAREN, Margareth. Resistência e revolução: "nem tudo é igualmente perigoso". In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (orgs.). **Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?** São Paulo: Intermeios, 2017, p.351-362.
- McLAREN, M. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.
- OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. In: RAGO, M.; PELEGRINI, M.(orgs.). **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019, p.115-138.
- OKSALA, J. Feminism and Neoliberal Governmentality, *Foucault Studies*, n.16, 2013, p.32-53.
- PELBART, Peter Pál. Subjetivação e dessubjetivação. In: _____. **O avesso do niilismo**: cartografias do esgotamento. São Paulo: n-1 edições, 2013, p.225-236.

QUÉRÉ L. Les “dispositifs de confiance” dans l'espace public, **Réseaux**, 132 (23), 2005, p. 185-217.

RAGO, Margareth. Foucault, o neoliberalismo e as insurreições feministas. in RAGO, M. ; GALLO, S. (orgs.) **Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?**, São Paulo: Intermeios, 2017, p.363-374.

RAGO, M.; PELEGRINI, M.(orgs.). **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019.

ZIMMERMANN, Elizabeth. La radio expandida. **Sexta Bienal Internacional de Radio**. Radio Educación: México, 2006.